

do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal de contribuinte, código postal e telefone, se o tiver);

- b) Categoria profissional;
- c) Habilitações literárias;
- d) Identificação do concurso, mediante referência ao número do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito;
- g) Identificação dos documentos que instruem o requerimento.

7.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento comprovando a posse das habilitações literárias;
- b) Certidão emitida pelo serviço de origem comprovativa da existência e natureza do vínculo, da classificação de serviço e do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- c) Três exemplares do *curriculum vitae*, em formato A4, datados e assinados.

7.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8 — A relação dos candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Faro.

9 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Engenheiro Custódio José Madeira Pires Sousa, técnico superior de 1.ª classe do Hospital Distrital de Faro.
Vogais efectivos:

João Justino dos Santos, encarregado do Hospital Distrital de Faro.

Bertolino Bento Gil de Sousa, operário principal do Hospital Distrital de Faro.

Vogais suplentes:

António Valentim Teixeira Ramos, operário principal do Hospital Distrital de Faro.

Artur Rafael Martins Lima, operário principal do Hospital Distrital de Faro.

10 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

4 de Fevereiro de 2005. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

Deliberação n.º 232/2005. — A empresa Aventis Pharma, L.^{da}, é titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Cefrom*[®], pó para solução injectável a 250 mg, 500 mg, 1000 mg e 2000 mg, pó e solvente para solução para perfusão a 10 mg/ml e pó e solvente para solução injectável a 250 mg/2 ml, consubstanciada nas autorizações com os registos n.ºs 2905081, 2905180, 2905586, 2905487, 2903987, 2903888, 2904381, 2904282, 2904688, 2904787, 2904886 e 2904985, concedida em 23 de Abril de 1999.

O Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, prevê no seu artigo 12.º que a AIM é válida por cinco anos, renováveis por iguais períodos, determinando o artigo 13.º, n.º 2, que o pedido de renovação deve descrever a situação respeitante aos dados de farmacovigilância do medicamento e, quando for caso disso, ser acompanhado de documentação actualizada que demonstre a adaptação ao progresso técnico e científico do medicamento anteriormente autorizado.

No âmbito da validação do pedido de renovação da AIM do medicamento *Cefrom*[®], o INFARMED solicitou documentação em falta. Em resposta o titular solicitou o cancelamento da AIM.

Assim, nos termos das disposições conjugadas do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, e ao abrigo do n.º 1.1 do despacho n.º 20 322/2002 (2.ª série), de 16 de Agosto, do Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 215, de 17 de Setembro de 2002, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM do medicamento *Cefrom*[®], pó para solução injectável a 250 mg, 500 mg, 1000 mg e 2000 mg, pó e solvente para solução para perfusão a 10 mg/ml e pó e solvente

para solução injectável a 250 mg/2 ml, e em consequência anular os respectivos registos no INFARMED, devendo os serviços competentes actuar em conformidade com a presente deliberação, praticando todos os actos conducentes à sua plena concretização.

2 de Fevereiro de 2005. — Pelo Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança

Louvor n.º 153/2005. — Considerando que Jerónimo do Nascimento Barros cessou funções de provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor em 29 de Dezembro de 2004, mandato que desempenhou ao longo de 24 anos;

Considerando que durante aquele tempo, à frente daquela instituição, criou, dinamizou e ampliou equipamentos sociais e valências por todo o concelho de Vila Flor, desempenhando um importante papel no âmbito da solidariedade social;

Considerando o empenho e qualidade da sua acção enquanto voluntário abnegado e prestimoso em prol dos mais idosos mas também das crianças e dos jovens;

Considerando que deu um contributo essencial no seio da sociedade civil em complemento ao exercido pela acção social do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança;

Considerando que as excepcionais qualidades como provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor têm de ser publicamente reconhecidas:

Determina-se prestar um público louvor de reconhecimento e gratidão a Jerónimo do Nascimento Barros.

5 de Janeiro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Marco António Ribeiro dos Santos Costa*.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

Deliberação n.º 233/2005. — Por deliberação do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 23 de Dezembro de 2004, nos termos do n.º 1 do artigo 141.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, é revogada a deliberação do conselho directivo deste Instituto de 9 de Setembro de 2004, considerando-se consequentemente anulado o acto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 2 de Outubro de 2004 (deliberação n.º 1204/2004), na parte respeitante a Ana Maria Rego Gormicho Simões Duarte.

31 de Janeiro de 2005. — A Directora de Carreiras e Desenvolvimento, *Isabel Rodrigues*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 4104/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 31 de Janeiro de 2005, proferido no exercício de competência delegada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., e após parecer favorável da Secretaria-Geral:

Palmira Maria Conchinha Cardoso Rei, assistente administrativa da carreira administrativa do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada definitivamente na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, no mesmo quadro de pessoal, após o exercício de funções correspondentes à nova categoria pelo período legalmente considerado estágio, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação da nova categoria. (Não carece de fiscalização prévia.)

1 de Fevereiro de 2005. — A Vogal do Conselho Directivo, *Madalena Oliveira e Silva*.

Despacho n.º 4105/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Fevereiro de 2005, proferido no exercício de competência delegada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., nomeio definitivamente na categoria de assistente administrativo prin-

cipal, da carreira administrativa, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Centro, após concurso interno de acesso misto, Maria Manuela Alves Ferreira, Ermelinda Afonso Barata, Carla Maria Ferreira Cardoso, Vítor Manuel Abrantes Matos, Maria Teresa Azevedo Fernandes Sousa Ferreira, Maria Margarida Andrade Neves, Maria Adélia Pires Monteiro Santos, Ana Cristina Chaves Teles Grilo, Luís Manuel Correia, José Manuel Pereira Correia, Clara Maria Pita Caridade Monteiro, Fernando José Rodrigues Esteves, Zélia Maria Leal Duarte Cardoso, Célia Maria Gaspar Agostinho, Maria Lisete de Jesus Cotrim, Paula Cristina Vilaça, Ana Paula Fernandes Agapito Santos, Maria Adelaide Cocenas Silva Almeida, Fernando Manuel Marques Duarte, Rosa Maria Simões Correia, Maria Luísa Cardoso Pimenta, Nuno André Bento Matos, Paula Maria Alves Correia, Patrícia Carla Santos Alves, Fernanda Maria Ribeiro Espírito Santo Ferreira Campos Teixeira, Maria do Céu Anselmo Caramelo Matias, Alice Margarida Bandeira, Ana Cristina Gaspar Ribeiro, Dália Sofia Dinis Graça, Luís Alvaro Martins, Maria Isabel Mateus Fernandes Veríssimo, José Pedro Santos Branco, Arminda Santos Dias, Maria Lurdes Filipe Febra, Eugénia Maria Paiva, Cristina Gomes Morais, Fernanda Maria Sousa Martins Figueiredo, António Costa Silva, Alda da Natividade Pares, Maria de Fátima Salvador Loureiro, António Maria Almeida Vaz, Maria Lurdes Correia Passos Russo, Isabel Alexandra Ramos Morais Arede, José Luís Coelho Rosa Abreu, Ana Paula Fontes Libânio Silva, Maria Cecília Marques Machado e Maria Natércia Duarte Torres, do mesmo quadro de pessoal, Maria Clara Mendes de Abreu Mala, do quadro do quadro de vinculação de Coimbra do Ministério da Educação, Álvaro Manuel Ferreira Mateus, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria José da Costa Nogueira, do quadro de vinculação do distrito de Viseu do Ministério da Educação, Maria Manuela Carvalho Gomes da Costa, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria de Lurdes Cardoso Rocha Silva Freire, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Milady Maria Miranda Leitão Lopes Vicente Henriques, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria Alice Andrade dos Santos Pereira, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria Madalena de Oliveira Neves Rodrigues, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria Fernanda Simões Loureiro, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Maria da Conceição Gonçalves da Cruz, do quadro de vinculação do distrito da Guarda do Ministério da Educação, Paula Cristina Duarte Casteleiro Rodrigues, do quadro de vinculação do distrito de Castelo Branco do Ministério da Educação, Arménio Gomes Martins, do quadro de vinculação do distrito da Guarda do Ministério da Educação, Anabela Maria Rodrigues Miranda Cabral dos Santos, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Alzira da Conceição Varelhas Saraiva, do quadro de vinculação do distrito da Guarda do Ministério da Educação, Maria Emília Pires Pereira, do quadro de pessoal do Hospital de Santo André, S. A., Leiria, Branca Dias Ferreira da Silva, do quadro de vinculação do distrito de Aveiro do Ministério da Educação, Leonilda Vilar dos Santos Tavares, do quadro de vinculação do distrito da Guarda do Ministério da Educação, Lucinda Maria dos Santos Jorge, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Sílvia Maria Ferreira Mateus, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Georgina da Conceição Rodrigues dos Santos Carvalho, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Isabel Maria Loreto Santos Lourenço, do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação, Paula Alexandra Gomes Marques de Faria, do Ministério da Defesa Nacional, Susana Clara dos Santos Almeida, do quadro de vinculação do distrito de Aveiro do Ministério da Educação, e Humberto Jorge Lopes Branco, do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Coimbra, ficando exonerados dos lugares anteriores a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia.)

11 de Fevereiro de 2005. — A Vogal do Conselho Directivo, *Madalena Oliveira e Silva*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga

Despacho n.º 4106/2005 (2.ª série). — Por despacho da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., de 25 de Janeiro de 2005, proferido por delegação:

Maria Manuela Araújo Gonçalves Ferreira, ajudante de acção sócio-educativa de ensino especial de nomeação definitiva do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Norte, afecta ao Centro Distrital de Segurança Social de Braga — reclassificada definitivamente assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º

do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerada do cargo anterior a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Fevereiro de 2005. — A Directora, *Filomena Maria Beirão Montágua Salgado de Freitas Bordalo*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro

Aviso n.º 1927/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Novembro de 2004 da adjunta da directora distrital do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, foi autorizada a transferência de Maria João Baptista Marques Pancadas Moita, detentora da categoria de assistente administrativo especialista, afecta ao quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo para o quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Algarve, ao abrigo e nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

10 de Fevereiro de 2005. — A Adjunta da Directora Distrital, *Fátima Cortes*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal

Aviso n.º 1928/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 2005 da vogal do conselho directivo do ISSS, foi autorizada a nomeação em comissão de serviço extraordinária da auxiliar de serviços gerais Amélia Jesus Soeiro Severino para a categoria de ajudante de acção directa, da carreira de ajudante de acção directa, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Centro Distrital de Setúbal, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos à data do despacho.

2 de Fevereiro de 2005. — O Director, *Manuel Pires Andrade Pereira*.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Despacho (extracto) n.º 4107/2005 (2.ª série). — Por despacho da provedora da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Dr.ª Maria José Nogueira Pinto, de 2 de Fevereiro de 2005:

Maria do Céu Pirraça Saraiva Cintrão, com a categoria de técnica de 1.ª classe da carreira técnico-profissional de monitor de ATL do quadro residual de pessoal da Misericórdia de Lisboa — nomeada definitivamente, precedendo concurso interno de acesso limitado, na categoria de principal da carreira técnico-profissional de monitor de ATL, do mesmo quadro de pessoal (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Fevereiro de 2005. — O Director de Recursos Humanos, *Miguel Faro Viana*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

Despacho n.º 4108/2005 (2.ª série). — Através do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de Dezembro, foi atribuída à sociedade Metro do Porto, S. A., a concessão do serviço público do sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto, competindo-lhe a responsabilidade pelas operações de construção de infra-estruturas do dito sistema.

Nos termos da base XI do anexo I do diploma legal citado, compete à mesma sociedade proceder, na qualidade de entidade expropriante, às expropriações necessárias à referida construção.

Considerando que, nos prédios discriminados no mapa anexo, se prevê a construção da via dupla, que é de manifesto interesse público, a qual se insere no troço Senhora da Hora-Vila do Conde-Póvoa de Varzim;

Considerando o despacho conjunto da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação datado de 11 de Março de 2003, que aprovou a realização do Projecto Duplicação da Linha P respeitante ao troço do sistema do metro ligeiro do Porto Senhora da Hora-Vila do Conde-Póvoa de Varzim;